



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640266 - RS (2021/0014341-7)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : BRUNA DIAS DA SILVA
ADVOGADO : BRUNA DIAS DA SILVA - RS111387
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : VAINER ROBERTO PISTOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VAINER ROBERTO PISTOR em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC n. 5051476-84.2020.8.21.70000).

O paciente foi preso preventivamente, em virtude da prática, ao que se deduz da inicial, de tráfico de entorpecentes.

A impetrante sustenta que o encarceramento não pode prevalecer, porquanto a pequena quantidade de drogas apreendidas (17 gramas de cocaína e 5 gramas de maconha) denota que não há tráfico, mas posse para uso próprio. Não estão demonstrados os requisitos da prisão, conforme o art. 312 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, seja a prisão revogada.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, tem-se que a impetrante não juntou nenhum documento relativo ao processo penal, a não ser o acórdão atacado. A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, além de cópia dos documentos do processo (flagrante, prisão preventiva, denúncia, etc).

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência